



# SENADO FEDERAL

## DOCUMENTOS PARA NOMEAÇÃO EM CARGO EM COMISSÃO

**Interessado:** \_\_\_\_\_

**Gabinete parlamentar:** \_\_\_\_\_

Os indicados para ocupar cargo em comissão no Senado Federal devem seguir os requisitos legais previstos na Lei nº 8.112, de 1990, bem como não se enquadrarem nas situações descritas na Resolução do Senado Federal nº 35, de 2013. Assim, os pedidos de nomeação devem estar acompanhados dos documentos exigidos no Ato do Primeiro Secretário nº 1, de 2018.

Com o intuito de auxiliar na juntada dos documentos necessários, sugere-se a utilização deste Guia. Cada Seção se inicia com as orientações de preenchimento de declarações e/ou juntada de documentos.

As certidões juntadas ao pedido de nomeação devem ser expedidas há no máximo seis meses, salvo se a certidão indicar prazo de validade inferior.

Destaca-se que a nomeação só tem efeitos com sua publicação no Diário Oficial da União, momento a partir do qual o indicado tem 30 (trinta) dias para tomar posse. Para informações sobre documentos necessários para a posse, acesse:

<https://www12.senado.leg.br/institucional/pessoas/comissionado/documentos-para-posse>

**Para a análise do pedido de nomeação de cargo em comissão no Senado Federal, deverão ser juntados nesta pasta, os documentos abaixo listados:**

- Cópia simples do RG
- Cópia simples do CPF (caso no RG conste o número do CPF, o cartão do CPF fica dispensado)
- Declaração de domicílio ([doc. 1](#))
- Declaração de cargos, funções e empregos públicos e privados ([doc. 2a](#))
- Declaração de vínculos e rendimentos ([doc. 2b](#))
- Declaração de ficha limpa ([doc. 3](#))
- Declaração de vínculo de parentesco ([doc. 4](#))
- Declaração de regularidade na justiça estadual e os tribunais de contas estaduais e municipais ([doc. 5](#))
- Declaração complementar de atividades exercidas ([doc. 6](#))
- Certidão de quitação eleitoral
- Certidão criminal da Justiça Eleitoral
- Certidão negativa da Justiça Militar
- Certidão negativa de contas julgadas irregulares do Tribunal de Contas da União
- Certidão negativa de condenações cíveis por improbidade administrativa do Conselho Nacional de Justiça
- Certidão negativa cível e criminal da Justiça Federal – 1ª instância (domicílio atual)
- Certidão negativa cível e criminal da Justiça Federal – 2ª instância (domicílio atual)
- Declaração de negativa na justiça federal de outros domicílios (no caso de o indicado ter residido em mais de um domicílio nos últimos 8 (oito) anos completos) ([doc. 7](#))

**Documentos adicionais necessários especificamente para o cargo de motorista:**

- Cópia da CNH, dentro do prazo de validade

## DOCUMENTOS PESSOAIS

Nesta seção, deverão constar cópias simples dos documentos pessoais do indicado. As cópias devem estar apenas na frente da folha (não usar o verso) e devem estar legíveis. Não é necessário autenticá-las em cartório.

### **Documentos:**

- Cópia do documento de identidade
- Cópia do CPF (caso no RG conste o número do CPF, o cartão do CPF fica dispensado)

**Para ocupar o cargo de motorista, é necessário apresentar os documentos adicionais:**

- Cópia da CNH, dentro do prazo de validade

### **Atenção!**

**Para a investidura no cargo de motorista, o indicado deverá ter a idade mínima de 21 anos e máxima de 65 anos.**

## DECLARAÇÕES

Nesta seção, deverão constar ser preenchidas as declarações do indicado em atendimento ao Ato do Primeiro-Secretário nº 1, de 2018.

### Documentos:

Declaração de domicílio ([doc. 1](#))

- Informar todos os municípios em que teve domicílio nos últimos oito anos completos, inclusive o município atual.

Declaração de cargos, funções e empregos públicos e privados ([doc. 2a](#))

Declaração de vínculos e rendimentos ([doc. 2b](#)).

- Não é necessário declarar estágio.
- Terceirizados não possuem vínculo com a administração pública e sim com a empresa terceirizada que presta serviços ao órgão público; devem, portanto, declarar o emprego na empresa terceirizada e não no órgão público.
- Conforme o que for declarado quanto aos vínculos, o indicado deverá complementar a informação com o respectivo documento indicado no formulário.

Declaração de ficha limpa ([doc. 3](#)).

Declaração de vínculo de parentesco ([doc. 4](#)).

- Se o indicado possuir vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, com senador, servidor efetivo ou comissionado, estagiário ou terceirizado que preste serviços no Senado Federal, deverá informar os dados do(s) parente(s) respectivo(s).

Declaração de regularidade na Justiça estadual e nos tribunais de contas estaduais e municipais ([doc. 5](#)).

Declaração complementar de atividades exercidas ([doc. 6](#)).

### Orientações:

- A declaração a que se refere o [doc. 5](#) é dispensada para aqueles que apresentarem as seguintes certidões: cível e criminal estaduais de 1ª e 2ª Instâncias, certidão negativa das ações de falências e certidões negativas de contas julgadas irregulares das cortes de contas estaduais e municipais, conforme o caso. Todas as certidões devem referir-se aos domicílios, conforme o que constar na declaração de domicílio ([doc. 1](#)).
- A declaração a que se refere o [doc. 6](#) é dispensada para aqueles que apresentarem as declarações ou certidões dos órgãos competentes, conforme o caso.
- As declarações devem estar preenchidas por completo, inclusive **datadas e assinadas**.



SENADO FEDERAL  
Serviço de Cadastro Parlamentar  
e Pessoal Comissionado

## DECLARAÇÃO DE DOMICÍLIO DOS ÚLTIMOS OITO ANOS COMPLETOS

Eu, \_\_\_\_\_,  
CPF nº \_\_\_\_\_, indicado(a) para ocupar o cargo em  
comissão no Senado Federal, em atenção à Resolução nº 35, de 2013, e ao Ato do Primeiro-  
Secretário nº 1, de 2018, declaro que tive domicílio nos últimos 8 (oito) anos completos nas  
seguintes localidades:

MUNICÍPIO	ESTADO	PERÍODO*
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

\* Informar os últimos 8 (oito) anos completos. Ex.: 2010 a 2018.

A prestação de declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, consiste em crime de falsidade ideológica, sujeito a pena de reclusão, conforme o disposto no art. 299 do Código Penal.

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura



**SENADO FEDERAL**  
Serviço de Cadastro Parlamentar  
e Pessoal Comissionado

## **DECLARAÇÃO DE CARGOS, FUNÇÕES OU EMPREGOS PÚBLICOS E PRIVADOS EXERCIDOS NOS ÚLTIMOS OITO ANOS COMPLETOS**

Eu, \_\_\_\_\_,

CPF nº \_\_\_\_\_, indicado(a) para ocupar o cargo em comissão no Senado Federal, em atenção ao artigo 1º, inciso I, alínea a, do Ato do Primeiro-Secretário nº 1, de 2018, declaro que exerci os seguintes cargos, funções, empregos públicos e privados, inclusive na qualidade de profissional liberal, nos últimos 8 (oito) anos completos:

ÓRGÃO	CARGO/FUNÇÃO/EMPREGO	PERÍODO*
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

\* Informar os últimos 8 (oito) anos completos. Ex.: 2010 a 2018.

A prestação de declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, consiste em crime de falsidade ideológica, sujeito a pena de reclusão, conforme o disposto no art. 299 do Código Penal.

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura



## DECLARAÇÃO DE VÍNCULOS E RENDIMENTOS

Eu \_\_\_\_\_,  
CPF nº \_\_\_\_\_, indicado(a) para ocupar o cargo em comissão no Senado Federal, em atenção ao artigo 37, da Constituição Federal, aos artigos 117 e 118, da Lei 8112, de 1990, e ao Ato do Primeiro-Secretário nº 6, de 2015, declaro que:

**1) Posso atualmente vínculo com organizações NÃO integrantes da Administração Pública** (iniciativa privada ou Terceiro Setor):

sim, mas **estarei desligado** do cargo / emprego / função atual no ato da posse no Senado Federal;

sim e **pretendo acumular** com o cargo pretendido no Senado Federal (*anexar declarações de jornada de trabalho do emprego atual e do cargo pretendido no Senado Federal*);

sim, sou **sócio / cotista / acionista / comanditário** de Pessoa Jurídica (*apresentar, no ato da posse, certidão simplificada a ser retirada na junta comercial ou órgão equivalente*);

não

**2) Posso vínculo com a Administração Pública:**

sim, recebo **pensão** (*anexar comprovante de rendimentos*);

sim, sou **aposentado / inativo** de órgão da Administração Pública (*anexar comprovante de rendimentos*);

sim, mas **estarei desligado** do cargo / emprego / função pública atual no ato da posse no Senado Federal (*apresentar, no ato da posse, comprovação da exoneração/desligamento*);

sim, sou servidor efetivo de outro órgão da Administração Pública e **serei cedido** para ocupar o cargo comissionado no Senado Federal (*anexar comprovante de rendimentos*);

sim, sou servidor efetivo ocupante de cargo de professor e **pretendo acumular** os dois cargos públicos (*anexar comprovante de rendimentos e as declarações de jornada de trabalho dos respectivos órgãos*);

sim, estou investido em mandato de vereador e **pretendo acumular** o mandato eletivo com o cargo comissionado do Senado Federal (*anexar comprovante de rendimentos e as declarações de jornada de trabalho do mandato eletivo e do cargo pretendido no Senado Federal*);

sim, recebo outra espécie remuneratória, incluídas vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza (*anexar comprovante de rendimentos*);

não

\* O comprovante de rendimento pode ser substituído por ficha financeira ou último contracheque emitidos pelo órgão de origem.

A prestação de declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, consiste em crime de falsidade ideológica, sujeito a pena de reclusão, conforme o disposto no art. 299 do Código Penal.

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

Assinatura



## DECLARAÇÃO RELATIVA À RESOLUÇÃO Nº 35, DE 2013

Eu, \_\_\_\_\_,  
CPF nº \_\_\_\_\_, indicado(a) para ocupar o cargo em comissão no Senado Federal,  
em atenção ao artigo 1º, inciso I, alínea b, do Ato do Primeiro-Secretário nº 1, de 2018, declaro  
que não me enquadro em nenhuma das proibições de que trata o art. 4º da Resolução do  
Senado Federal nº 63, de 1997, com a redação da Resolução nº 35, de 2013.

A prestação de declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, consiste em crime de falsidade ideológica, sujeito a pena de reclusão, conforme o disposto no art. 299 do Código Penal.

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura





## DECLARAÇÃO DE VÍNCULO DE PARENTESCO

É vedada a investidura em cargo comissionado de pessoa que seja cônjuge, companheiro ou tenha relação de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de senador ou de servidor efetivo ou comissionado do Senado Federal ocupante de cargo em comissão (SF03, SF02, SF01 e seus respectivos cargos derivados) ou função de confiança de direção, chefia ou assessoramento (FC-1, FC-2, FC-3, FC-4 ou FC-5).

Eu, \_\_\_\_\_,

CPF nº \_\_\_\_\_, indicado(a) para ocupar o cargo em comissão no Senado Federal, atesto que tomei conhecimento da vedação imposta pela Súmula Vinculante nº 13, de 2008, pelo Decreto nº 7.203, de 2010, e pelo Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2011, e declaro, sob as penas da lei, que:

- não sou cônjuge ou companheiro(a) e não possuo vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, com senador, servidor efetivo ou comissionado do Senado Federal, estagiário(a) do Senado Federal ou de pessoa contratada por empresa ou instituição que preste serviços no âmbito do Senado Federal.
- sou cônjuge ou companheiro(a) e/ou possuo vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, com senador, servidor efetivo ou comissionado do Senado Federal, estagiário(a) do Senado Federal ou de pessoa contratada por empresa ou instituição que preste serviços no âmbito do Senado Federal (sendo o caso, especificar abaixo o vínculo existente).

### **Vínculo com servidor(a) efetivo(a) ou comissionado(a) ou senador(a):**

Nome: \_\_\_\_\_ Grau de parentesco: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_ Órgão: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_

### **Vínculo com estagiário(a):**

Nome: \_\_\_\_\_ Grau de parentesco: \_\_\_\_\_

### **Vínculo com terceirizado(a):**

Nome: \_\_\_\_\_ Grau de parentesco: \_\_\_\_\_

Empresa: \_\_\_\_\_

A prestação de declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, consiste em crime de falsidade ideológica, sujeito a pena de reclusão, conforme o disposto no art. 299 do Código Penal.

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura



## DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE JUSTIÇA ESTADUAL E TRIBUNAIS DE CONTAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

Eu, \_\_\_\_\_,  
CPF nº \_\_\_\_\_, indicado(a) para ocupar o cargo em comissão no Senado Federal, em atenção ao artigo 1º, inciso II, do Ato do Primeiro-Secretário nº 1, de 2018, declaro que não me enquadro em nenhuma das proibições de que trata a Resolução nº 35, de 2013, referentes a processos da Justiça Estadual e dos tribunais ou conselhos de contas de âmbito estadual e municipal, conforme o caso.

A prestação de declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, consiste em crime de falsidade ideológica, sujeito a pena de reclusão, conforme o disposto no art. 299 do Código Penal.

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura



## DECLARAÇÃO DE MANDATOS ELETIVOS, MAGISTRATURA E MINISTÉRIO PÚBLICO, CARGOS PÚBLICOS E CONSELHOS PROFISSIONAIS

Eu, \_\_\_\_\_,  
CPF nº \_\_\_\_\_, indicado(a) para ocupar o cargo em comissão  
no Senado Federal, em atenção ao Ato do Primeiro-Secretário nº 1, de 2018, e à Resolução  
nº 35, declaro que:

- não renunciei a mandato de governador de estado, prefeito, membro de assembleia legislativa ou câmara municipal, desde o oferecimento de representação capaz de autorizar a abertura de processo por infringência ao dispositivo constitucional do respectivo ente federativo;
- não fui excluído do exercício da profissão, por decisão sancionatória de conselho ou órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional;
- não fui demitido, não tive aposentadoria ou disponibilidade cassada nem fui destituído de cargo em comissão por órgão público;
- não fui aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória, não perdi cargo por sentença nem pedi exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar por órgão da magistratura ou do Ministério Público.

Se algum campo não for assinalado, INDICAR o(s) caso(s) abaixo:

A prestação de declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, consiste em crime de falsidade ideológica, sujeito a pena de reclusão, conforme o disposto no art. 299 do Código Penal.

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura

## CERTIDÕES OFICIAIS

Nesta seção, deverão constar as certidões emitidas por órgãos públicos federais. Todas podem ser emitidas a partir da internet nos endereços indicados abaixo:

### [ ] Certidão de quitação eleitoral

- Acesse o endereço: <http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>
  - Selecione a opção *Li os termos e desejo emitir/validar a Certidão de Quitação Eleitoral*
  - Clique em *Emissão de certidão*
  - Preencha os campos
  - Clique em *Emitir certidão*
  - Imprima a certidão ou salve em formato PDF
  - Esta certidão tem validade de seis meses
- Esta certidão também pode ser obtida nos cartórios eleitorais.

### [ ] Certidão criminal da Justiça Eleitoral

- Acesse o endereço: <http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais>
  - Selecione a opção *Li os termos e desejo emitir/validar a Certidão de Crimes Eleitorais*
  - Clique em *Emissão de certidão*
  - Preencha os campos
  - Clique em *Emitir certidão*
  - Imprima a certidão ou salve em formato PDF
  - Esta certidão tem validade de seis meses
- Esta certidão também pode ser obtida nos cartórios eleitorais.

### [ ] Certidão negativa da Justiça Militar

- Acesse o endereço: <http://www.stm.jus.br>
  - Na aba *Serviços* selecione a opção a *Certidão Negativa*
  - Clique em *Emitir Certidão Negativa*
  - Preencha os campos
  - Clique em *Emitir*
  - Imprima a certidão ou salve em formato PDF
  - Esta certidão tem validade de 90 dias

### [ ] Certidão Negativa de Contas Julgadas Irregulares do Tribunal de Contas da União

- Acesse o endereço: <https://contas.tcu.gov.br/certidao/Web/Certidao/home.faces>
  - Informe o CPF
  - Clique em *Emitir certidão*
  - Imprima a certidão ou salve em formato PDF
  - Esta certidão tem validade de 30 dias

### [ ] Certidão negativa de condenações cíveis por improbidade administrativa do Conselho Nacional de Justiça

- Acesso o endereço: [http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)
  - Selecione esfera *Todos(as)*
  - Selecione tipo de pessoa: Física
  - Informe o CPF e o nome do indicado
  - Clique em *Pesquisar*
  - Se o indicado não tiver processos relacionados, clique em *Gerar Certidão Negativa*
  - Imprima a certidão ou salve em formato PDF
  - Esta certidão tem validade de seis meses

### Orientações:

- Todas as certidões são de apresentação obrigatória; inclusive a militar para mulheres;
- As certidões devem estar dentro do prazo de validade na data em que o processo de nomeação estiver sendo analisado;
- Caso não seja possível emitir qualquer certidão pela internet, o indicado deverá entrar em contato com o respectivo órgão.

Nesta seção, deverão constar as certidões negativas da Justiça Federal de 1ª e 2ª Instâncias relativas a feitos cíveis e criminais. Para o último domicílio declarado, é obrigatória a apresentação das certidões. Para os demais domicílios, se houver, é possível declaração do indicado:

- [ ] Certidão negativa cível e criminal da Justiça Federal – 1ª Instância (domicílio atual)
- [ ] Certidão negativa cível e criminal da Justiça Federal – 2ª Instância (domicílio atual)
- [ ] Declaração de regularidade com a Justiça Federal de outros domicílios (no caso de o indicado ter residido em mais de um domicílio nos últimos 8 anos completos) (doc. 7).

## Orientações:

- É obrigatória a apresentação das certidões emitidas pelos tribunais para o último domicílio do indicado.
- As certidões devem estar dentro do prazo de validade na data em que o processo de nomeação estiver sendo analisado.
- Se o indicado tiver residido em mais de um domicílio nos últimos 8 anos completos, deverá preencher e apresentar complementarmente a “Declaração de regularidade com a Justiça Federal de outros domicílios”.
- A 1ª Instância consiste nas seções (Estados) ou subseção judiciárias (municípios). Já a 2ª Instância consiste nos Tribunais Regionais Federais (TRF) no Brasil e cada um representa uma Região.

**A seguir, veja como obter a certidão, conforme o estado do último domicílio declarado.**

## Estados de AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR e TO (TRF da 1ª Região)

- Acesse o endereço: <http://www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/>
  - Informe o CPF e o nome do indicado
- Para emitir certidões da 1ª Instância:
  - Selecione o órgão “Subseção Judiciária...”, se houver, ou “Seção Judiciária...” da localidade do último domicílio para emitir a certidão de 1ª Instância
  - Para as Seções Judiciárias que abrirem o campo “Abrangência”, selecione a opção “Estadual”
  - Selecione tipo de certidão *Cível e Criminal*
  - Clique em *Emitir*
  - Imprima a certidão ou salve em formato PDF
  - Esta certidão tem validade de seis meses
- Para emitir certidões da 2ª Instância:
  - Selecione o órgão *Tribunal Regional Federal da 1ª Região*
  - Selecione tipo de certidão *Cível e Criminal*
  - Clique em *Emitir*
  - Imprima a certidão ou salve em formato PDF
  - Esta certidão tem validade de seis meses

## Estados de ES e RJ (TRF da 2ª Região)

- Para emitir certidões da 1ª Instância:
- Espírito Santo, acesse o endereço: [http://www2.jfes.jus.br/jfes/certidao/emissao\\_cert.asp](http://www2.jfes.jus.br/jfes/certidao/emissao_cert.asp)
- Rio de Janeiro, acesse o endereço: [http://procweb.jfrj.jus.br/certidao/emissao\\_cert.asp](http://procweb.jfrj.jus.br/certidao/emissao_cert.asp)
  - Informe o CPF do indicado
  - Selecione a opção *Emitir Certidão*
  - Imprima a certidão ou salve em formato PDF
  - Esta certidão tem validade de 90 dias
- Para emitir certidões da 2ª Instância:
  - Acesse o endereço: [http://portal.trf2.jus.br/certidao/emissao\\_cert.asp](http://portal.trf2.jus.br/certidao/emissao_cert.asp)
  - Informe o CPF do indicado
  - Selecione a opção *Emitir Certidão*
  - Imprima a certidão ou salve em formato PDF
  - Esta certidão tem validade de 90 dias

## Estados de MS e SP (TRF da 3ª Região):

- Para emitir certidões da 1ª Instância:
  - Acesse o endereço: <http://web.trf3.jus.br/certidao/Certidao/Solicitar>
    - Selecione o tipo *Certidão de Distribuição*
    - Selecione a Abrangência da certidão, conforme o domicílio atual (Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo ou Justiça Federal de Primeiro Grau em Mato Grosso do Sul)
    - Informe o nome e o CPF do indicado
    - Selecione a opção *Solicitar Certidão*
    - Imprima a certidão ou salve em formato PDF
    - Esta certidão tem validade de 60 dias
- Para emitir certidões da 2ª Instância:
  - Acesse o endereço: <http://web.trf3.jus.br/certidao/CertidaoJudicial/Solicitar>
  - Selecione o tipo de certidão *Certidão de Distribuição*
  - Selecione a Abrangência da certidão “Tribunal Regional Federal da 3ª região”
  - Informe o nome e o CPF do indicado
  - Selecione a opção *Solicitar Certidão*
  - Imprima a certidão ou salve em formato PDF
  - Esta certidão tem validade de 60 dias

## Estados de PR, RS e SC (TRF da 4ª Região):

- Acesse o endereço: <http://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php>
- Informe o nome e o CPF do indicado
- Para emitir certidões da 1ª Instância:
  - Selecione o tipo de certidão *Tipo 1. Fins Gerais 1º Grau - Cível e Criminal*
  - Clique em *Emitir Certidão Negativa*
  - Imprima a certidão ou salve em formato PDF
  - Esta certidão tem validade de seis meses
- Para emitir certidões da 2ª Instância:
  - Selecione o tipo de certidão *Tipo 2. Fins Eleitorais (Lei da Ficha Limpa) - Eleitoral 2º Grau (TRF)*
  - Clique em *Emitir Certidão Negativa*
  - Imprima a certidão ou salve em formato PDF
  - Esta certidão tem validade de seis meses

## Estados de AL, CE, PB, PE, RN, SE (TRF da 5ª Região):

- Para emitir certidões da 1ª Instância:
  - Alagoas, acesse o endereço: <http://www.jfal.gov.br/certidaoInter/emissaoCertidao.aspx>
  - Ceará, acesse o endereço: <http://www.jfce.jus.br/jfce/certidaointer/emissaoCertidao.aspx>
  - Paraíba, acesse o endereço: <http://certidao.jfpe.jus.br/certidaoInter/emissaoCertidao.aspx>
  - Pernambuco, acesse o endereço: <http://www.jfpe.jus.br/certidaoweb/emissaoCertidao.aspx>
  - Rio Grande do Norte, acesse o endereço: <http://www.jfpe.jus.br/certidaoweb/emissaoCertidao.aspx>
  - Sergipe, acesse o endereço: <https://consulta.jfse.jus.br/certidaointer/emissaoCertidao.aspx>
    - Informe o nome e o CPF do indicado
    - Selecione a natureza *Todas*
    - Clique em *Emitir*
    - Imprima a certidão ou salve em formato PDF
    - Esta certidão tem validade de 30 dias
- Para emitir certidões da 2ª instância:
  - Acesse o endereço: <https://www4.trf5.jus.br/certidoes/>
  - Selecione a opção *Emitir Certidões - Eleitoral*
  - Informe o nome e o CPF do indicado
  - Selecione a opção *Solicitar Certidão*
  - Imprima a certidão ou salve em formato PDF
  - Esta certidão tem validade de 90 dias

### Atenção!

Caso não seja possível retirar as certidões pela internet, entrar em contato com o respectivo tribunal para se informar sobre a forma e o local de solicitação e retirada das certidões.

As duas certidões indicadas são obrigatórias, porém a declaração só será obrigatória para aqueles que tenham residido em mais de um domicílio nos últimos 8 (oito) anos completos. Se não for o caso, deixá-la em branco.



## DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE COM A JUSTIÇA FEDERAL DE OUTROS DOMICÍLIOS

DISPENSADO PARA AQUELES QUE RESIDAM NO MESMO DOMICÍLIO HÁ, PELO MENOS, 8 (OITO) ANOS COMPLETOS, CONFORME DECLARADO NO [DOC.1](#).

Eu, \_\_\_\_\_,  
CPF nº \_\_\_\_\_, indicado(a) para ocupar o cargo em comissão no Senado Federal, em atenção ao artigo 1º, inciso II, do Ato do Primeiro-Secretário nº 1, de 2018, declaro que não me enquadro em nenhuma das proibições de que trata a Resolução nº 35, de 2013, referentes a processos da Justiça Federal de 1ª e 2ª Instâncias, abrangendo todos os municípios de domicílios em que residi nos últimos 8 (oito) anos completos.

A prestação de declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, consiste em crime de falsidade ideológica, sujeito a pena de reclusão, conforme o disposto no art. 299 do Código Penal.

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura